



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 08/2019
Período: 23/03/2019 – 29/03/2019

GEDES - UNESP

- 1- Reforma da previdência militar gera discussões
- 2- No Chile, Bolsonaro negou ação militar contra a Venezuela
- 3- Jornal enfatizou vítimas militares durante o regime militar
- 4- Ministros militares defendem Hamilton Mourão de críticas
- 5- Especialista comentou as consequências do fim da Minustah para militares brasileiros
- 6- Decisão de Bolsonaro sobre comemorações do aniversário de 55 anos da instauração do regime militar gera repercussões
- 7- Justiça reconheceu a 1ª vítima do regime militar
- 8- Rússia se opõe a possível entrada do Brasil na Otan

1- Reforma da previdência militar gera discussões

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o comandante militar do Sudeste, general Luiz Eduardo Ramos, recebeu integrantes da bancada de deputados federais de São Paulo no dia 22/03/19. De acordo com a *Folha*, a reunião teve como objetivo discutir as propostas de reestruturação da carreira militar e de reforma no sistema previdenciário, e incluiu críticas ao governo federal. *O Estado* afirmou que o comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, foi o articulador dos encontros para “explicar e diminuir resistências” em relação à reforma previdenciária. De acordo com o jornal, Ramos afirmou que “a única coisa que nos incomodou foi essa história de que a reforma só vai andar se a dos militares entrar primeiro. Por que essa imposição?”. Segundo a *Folha*, militares ficaram irritados com o desprestígio da categoria pelo governo federal diante das críticas realizadas por Olavo de Carvalho. Em entrevista ao periódico *O Estado*, o assessor especial do Ministério da Defesa, general Eduardo Garrido, afirmou que uma “desidratação” do projeto poderia acarretar insatisfações entre militares. Segundo o general, a reforma previdenciária consiste na imposição de “mais sacrifício” às Forças Armadas. Garrido defendeu a necessidade de reestruturar a carreira diante das peculiaridades do serviço militar. De acordo com *O Estado*, a economia prevista com a reforma no valor de 10,4 bilhões de reais em 10 anos só ocorrerá com o corte de 10% do efetivo, ou 36 mil dos 368 mil postos atuais. Conforme o jornal, sem a redução o custo seria de 23 bilhões de reais ao longo dos próximos anos. Segundo o periódico, as Forças Armadas resistiram a algumas mudanças, mas houve um “trabalho de convencimento” e as conversas foram “colaborativas”. Em coluna opinativa à *Folha*, o general Fernando Azevedo e Silva,

ministro da Defesa, defendeu a proposta de alteração na previdência dos militares, ressaltando os pontos anteriormente levantados de que o serviço militar não opera dentro das normas trabalhistas brasileiras, afirmando que não há “FGTS, hora extra, adicional noturno, periculosidade. E nem deve ter. Isso descaracterizaria a profissão militar e dificultaria o cumprimento das suas missões” e que esta proposta geraria um saldo positivo com o passar dos anos. Para além disto, o general enfatizou e congratulou os serviços dos militares na proteção do país e garantia da estabilidade das instituições, assertando que “investir em Forças Armadas não é gasto, mas um seguro com retorno certo” e que “fechar os olhos para as peculiaridades que envolvem a profissão militar mostra superficialidade e oportunismo”. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/03/19; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/03/19; O Estado de S. Paulo – Política – 23/03/19; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/03/19; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/03/19)

2- No Chile, Bolsonaro negou ação militar contra a Venezuela

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, durante viagem ao Chile no dia 22/03/19, o presidente da República, Jair Bolsonaro, descartou a possibilidade de contribuir para uma intervenção militar na Venezuela. A declaração de Bolsonaro ocorreu após uma fala do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Eduardo Bolsonaro. Em entrevista veiculada na internet, o deputado federal afirmou que “de alguma forma, será necessário usar a força, porque Maduro é um criminoso”. De acordo com o presidente, “tem gente divagando, tem gente sonhando. Da nossa parte, não existe essa possibilidade”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/03/19)

3- Jornal enfatizou vítimas militares durante o regime militar

A partir de declarações do general reformado Bolívar Marinho Soares de Meirelles, o periódico *Folha de S. Paulo* atentou para o número de militares cassados, demitidos ou presos durante o regime militar (1964-1985), afirmando que militares de todas as patentes, oficiais inclusos, receberam punições. De acordo com o general, os militares punidos eram tidos como de esquerda ou comunistas, mas na verdade não passavam de nacionalistas e legalistas. De acordo com esta afirmação, o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e livre docente em Ciência Política, Paulo Ribeiro da Cunha, expôs que “boa parte poderia ser colocada no arco nacionalista, com viés legalista. Muito poucos eram comunistas”. De acordo com o periódico, aproximadamente 6300 militares foram punidos no decorrer dos 20 anos de regime, e “entre os militares perseguidos houve muitos que se recusaram a participar de sessões de tortura e sequestros de militantes da esquerda e, por isso, entraram na mira da repressão”. (Folha de S. Paulo – Poder – 24/03/19)

4- Ministros militares defendem Hamilton Mourão de críticas

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, ministros militares reagiram a ofensas do escritor Olavo de Carvalho à ala militar do governo, em especial ao vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Carvalho é considerado como o “guru” ideológico do governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, e há alguns meses tem feito polêmicas declarações ao general Mourão. Conforme afirmou a *Folha*, Carvalho participou da festa que precedeu a viagem oficial de Bolsonaro a

Washington, nos Estados Unidos (EUA), no mês de março de 2019. Na ocasião, o auto-intitulado filósofo afirmou que Mourão é um “cara idiota”, “um estúpido”, uma figura “que não tem ideia do que é a Vice-Presidência”, e que Bolsonaro estaria de “mãos amarradas”, visto que militares de seu governo têm “mentalidade golpista”. Há meses sendo atacado por Carvalho nas redes sociais, o vice-presidente costumava reagir com deboche, mas agora, segundo a *Folha*, mudou o tom, mostrando-se incomodado. Durante a viagem aos EUA, o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, foi abordado por “olavistas” com reclamações do comportamento de Mourão. Inicialmente, Heleno elogiou o vice-presidente, “uma pessoa que ele considera estudiosa e preparada”, entretanto, percebendo o incômodo, tratou de minimizar a rebeldia de Mourão, que em diversas ocasiões manifestou opinião divergente da de Bolsonaro. Outro crítico ao vice-presidente é Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump, que chegou a declarar que “Mourão não ajuda o governo Bolsonaro e se mete onde não é chamado”. Sobre Bannon, o ministro general Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, afirmou: “para mim, ele nunca teve qualquer significado [...] eu só vi um comentário absolutamente inconveniente, que demonstra falta de preparo político e social e falta de noção de limites”. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/03/19)

5- Especialista comentou as consequências do fim da Minustah para militares brasileiros

Em entrevista para o periódico *Folha de S. Paulo*, o professor do Departamento de Estudos de Guerra do King’s College, especialista em assuntos militares e missões de paz, Vinicius Mariano de Carvalho, comentou sobre o fim da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) e seu impacto para as Forças Armadas brasileiras. Questionado a respeito da operação no Haiti ter servido como uma escola para a atuação em favelas no Brasil, Carvalho negou lembrando que antes da missão já havia doutrina para tal fim, incluindo a Constituição Federal do Brasil, de 1988, que prevê a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) como parte do treinamento das Forças Armadas. O especialista ponderou que parte do ganho da Minustah para os militares brasileiros se deveu ao aprendizado de operação entre agências. Sobre o terremoto que assolou o país em 2010, analisou que toda estrutura de Estado foi danificada completamente e que o influxo de auxílio humanitário causou um desafio logístico imenso, mas que o general brasileiro Floriano Peixoto Vieira Neto, então comandante militar, foi capaz de manejar “de maneira exímia a cooperação militar” com a chegada dos soldados estadunidenses. Sobre a presença da “turma do Haiti” no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, o especialista comentou que a experiência haitiana forjou os militares brasileiros “com capacidade de trabalho internacional e de compreensão de contextos políticos”, e destacou as figuras dos generais Carlos Alberto dos Santos Cruz e Vieira Neto, hoje Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República e Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, respectivamente. Quando questionado se o ano de 2004 teria sido um marco para as Forças Armadas brasileiras, com o início da Minustah, Carvalho afirmou que já na Constituição foi reajustado o papel do Exército, e que nas Forças em geral surgiram “programas de modernização tanto tecnológicos quanto doutrinários”, culminando em atividades de circulação de militares em escolas no exterior e maior intercâmbio: “Isso marcou toda uma geração, que sabe ser necessário entender sobre geopolítica, falar línguas. O Haiti é uma consequência disso, não a causa”. A respeito de um suposto protagonismo político dos militares, o especialista comentou à *Folha*

que nestes primeiros meses de governo “surgiram situações que demandaram diplomacia de defesa muito grande”, nas quais as Forças Armadas e o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, “têm deixado clara a implicação de decisões diplomáticas na área de defesa”. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/03/19)

6- Decisão de Bolsonaro sobre comemorações do aniversário de 55 anos da instauração do regime militar gera repercussões

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, recomendou que o Ministério da Defesa realize as “devidas comemorações” com relação ao regime militar (1964-1985), instaurado no dia 31/03/19. Segundo o porta-voz do governo, general Otávio Santana do Rêgo Barros, Bolsonaro aprovou a inclusão da data na ordem do dia das Forças Armadas para celebrar os 55 anos da tomada do poder pelos militares. Segundo Rêgo Barros, “o presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar” pois, na análise de Bolsonaro, sociedade civil e militares notaram o perigo que o Brasil estava passando no período, e se juntaram para resgatar o país. Ademais, o porta-voz do governo declarou que “salvo melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém”. Quando foi questionado pelo *O Estado* à respeito de como seriam as comemorações, Rêgo Barros informou que cada comando ficou incumbido por decidir. Em relação ao Palácio do Planalto, não houve notícia de que ocorreria qualquer evento. O professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) Eugênio Bucci comentou ao *Estado* as declarações do porta-voz da presidência, afirmando que Bolsonaro não acredita que houve um golpe militar. Para Bucci, Rêgo Barros usou um tom afim de mostrar que o termo “golpe militar” não é apropriado para descrever o início do regime, visto que Barros defendeu a participação de vários setores da sociedade. Segundo Bucci, as declarações “escancaram, como poucas vezes se escancarou, a incompatibilidade entre a crença nebulosa que vai na cabeça presidencial e o fundamento axiológico que põe de pé a coerência interna da Constituição federal de 1988”. A *Folha* lembrou que o presidente já fez elogios ao que de pior aconteceu durante os anos do regime e considera herói o “notório torturador” coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Já as autoridades militares têm recomendado discrição ao governo e à caserna, tendo o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, considerado inadequado o uso da palavra “comemoração”. O ministro afirmou que: “vamos lembrar e marcar uma data histórica que o Brasil passou, com participação decisiva das Forças Armadas, como sempre foi feito. O governo passado [do PT] pediu que não houvessem ordem do dia, este [governo], ao contrário, acha que os mais jovens precisam saber o que aconteceu naquela data naquela época”. Segundo a *Folha*, no dia 27/03/18, foi assinada pelo general Azevedo e Silva, juntamente com os três comandantes das Forças Armadas a Ordem do Dia, que reitera que o “golpe de 1964” foi constitucional, uma vez que atendia à vontade da sociedade. De acordo com o *Correio*, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), apontou um eventual crime de responsabilidade de Bolsonaro, por autorizar que o Ministério da Defesa organize uma celebração da data. Em nota os procuradores afirmaram que, “as alegadas motivações do golpe — de acirrada disputa narrativa — são absolutamente irrelevantes para justificar o movimento de derrubada inconstitucional de um governo democrático, em qualquer hipótese e contexto”. Conforme a nota da PFDC, se confirmada a interpretação de “festejar” a data, o ato do presidente “se reveste de enorme gravidade constitucional, pois representa a

defesa do desrespeito ao Estado Democrático de Direito”. Conforme a *Folha*, a Defensoria Pública da União anunciou que ajuizará ação civil pública para impedir comemoração nas unidades militares, com o objetivo de “proteger a memória e a verdade, além de evitar o emprego de recursos públicos”. Segundo o *Correio*, a *Folha* e *O Estado*, Bolsonaro afirmou em uma entrevista à TV Bandeirantes, no dia 27/03/19, que não houve ditadura, e que como em todo casamento, o regime militar teve “probleminhas”. As declarações do presidente da República foram uma resposta às críticas recebidas pela sua decisão de celebrar os 55 anos da data da instauração do regime. Conforme afirmaram a *Folha* e *O Estado*, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, defendeu a celebração da data por parte dos militares, e disse que o questionamento da celebração é legítimo, uma vez que o Brasil é um Estado democrático de direito, e que cada indivíduo pode defender aquilo em que acredita. Segundo os periódicos, a cúpula dos militares defendeu de forma contida aqueles que participaram da tomada de poder em 1964. A cúpula não se refere ao regime militar como ditadura, e considera parte da celebração a volta da democracia a partir da instituição da Lei da Anistia em 1979. De acordo com a *Folha* e *O Estado*, o Ministério Público Federal aconselhou os comandos militares a evitar declarações sobre a comemoração, alegando o Estado brasileiro reconhece o governo militar como uma ausência de democracia com inúmeras violações dos direitos humanos. Além disso, o Órgão destacou que o regulamento das Forças Armadas considera uma violação que haja manifestações por parte dos militares sobre assuntos políticos. Segundo a *Folha*, a entidade Human Rights Watch afirmou em nota que Bolsonaro comemorou uma “ditadura brutal”. Já vítimas do regime militar entraram com uma ação contra o ato no Supremo Tribunal Federal e pediram a suspensão das comemorações. (Correio Braziliense – Política – 26/03/19; Correio Braziliense – Política – 27/03/19; Folha de S. Paulo – Poder – 26/03/19; Folha de S. Paulo – Poder – 27/03/19; Folha de S. Paulo – Opinião – 27/03/19; Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/19; O Estado de S. Paulo – Política – 26/02/19; O Estado de S. Paulo – Política – 28/02/19; Correio Braziliense – Política – 28/03/19; Folha de S. Paulo – Poder – 28/03/19; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 28/02/19; O Estado de S. Paulo – Política – 28/02/19)

7- Justiça reconheceu a 1ª vítima do regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Justiça Federal reconheceu a 1ª vítima do regime militar (1964-1985), após ação movida pelo Ministério Público Federal e ativistas de direitos humanos. Segundo o jornal, a vítima reconhecida é o tenente-coronel da Aeronáutica Alfeu de Alcântara Monteiro, assassinado a tiros quatro dias depois do início do regime, em 31/03/64. O juiz federal Fabio Hassen Ismael afirmou que Monteiro morreu em "um ato de exceção" em "contexto de violação a direitos humanos, por motivações político-ideológicas decorrentes do regime militar instaurado". Conforme a *Folha*, Monteiro “não era bem visto pelo lado golpista”, já que, em 1961, se recusou a participar do bombardeio do Palácio Piratini, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. A versão oficial da morte do tenente-coronel, assassinado dentro do quartel, afirmava que o coronel Roberto Hipólito da Costa atirou em legítima defesa, após Monteiro recusar a prisão e disparar contra o brigadeiro Néelson Freire Lavanere-Wanderley. De acordo com o periódico, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, a partir dos anos 2000, coletou documentos e testemunhos, solicitando que o Ministério Público Federal reavaliasse o caso. Na decisão final do juiz federal, concluiu que era "provável que a vítima não estivesse empunhando sua arma no instante em que foi atingido" e, assim,

"pode-se concluir que o coronel Alfeu não tomou a iniciativa de efetuar disparos contra o seu comandante". (Folha de S. Paulo – Poder – 27/03/19)

8- Rússia se opõe a possível entrada do Brasil na Otan

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Rússia criticou uma possível entrada do Brasil na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A hipótese foi defendida pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, após visita do presidente da República, Jair Bolsonaro. De acordo com o periódico, a Rússia alega que a aliança militar não prevê a participação de países latino-americanos. Os russos afirmaram que tais declarações não ajudam a apaziguar disputas pelo mundo. De acordo com o jornal, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, comentou sobre a designação como aliado extra-Otan, “vendo assim parece que o Brasil vai ser privilegiado em relação a isso, não é. Membros não-Otan (fora da Otan) existem vários países. O Brasil será mais um parceiro, para parceiro preferencial não Otan. Isso é um alinhamento que está sendo feito, mas é uma regulamentação de praxe, mas que nos envaidece muito”. (*O Estado de S. Paulo – Mundo – 28/02/19*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).